

O AGRONEGÓCIO NO OESTE DA BAHIA: PROGRESSO PARA QUEM? IMPACTOS AMBIENTAIS, CONFLITOS FUNDIÁRIOS E RESISTÊNCIAS CAMPONESAS.

Camila Celestino Figueiredo[1]
Laiane Michele Silva Souza[2]
Guilherme Lima Guimarães[3]
Mathias de Almeida Neves[4]
Iago Gabriel Araújo Santos[5]

Palavras-chave: Agronegócio, Conflitos no campo, Oeste da Bahia.

INTRODUÇÃO

A região oeste da Bahia tem se consolidado como uma das principais fronteiras agrícolas do Brasil, impulsionada pela expansão do agronegócio e pelo avanço da monocultura da soja, do algodão e do milho. Esse processo é frequentemente justificado pelo discurso do desenvolvimento e do progresso, promovido por grandes empresas, pelo setor político e pela mídia. No entanto, essa narrativa mascara as profundas contradições desse

[1] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGeo/UESB.
[2] Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGeo/UESB.
[3] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGeo/UESB.
[4] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGeo/UESB.
[5] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – PPGeo/UESB.

modelo de produção, que gera impactos ambientais severos, intensifica conflitos fundiários e ameaça comunidades tradicionais.

O trabalho tem como objetivo analisar a expansão do agronegócio no oeste baiano, destacando seus impactos ambientais e sociais, bem como as estratégias de resistência camponesa. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, com base em revisão bibliográfica e análise de dados secundários oriundos de relatórios, periódicos científicos e documentos de movimentos sociais atuantes na região.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

A ocupação do oeste baiano pelo agronegócio intensificou-se nos anos 1980, transformando o Cerrado em áreas de monocultura mecanizada. Esse processo provocou desmatamento, uso intensivo de agrotóxicos e crise hídrica, impactando diretamente a biodiversidade e a qualidade de vida das populações locais. Além disso, a concentração fundiária e a especulação imobiliária contribuem para a expulsão de comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e pequenos agricultores, vítimas permanentes dos processos de grilagens dessas terras (Oliveira, 2003).

O Cerrado é um dos biomas mais biodiversos do mundo, fundamental para a manutenção dos ciclos hídricos brasileiros, na região do MATOPIBA, localizam-se três dos principais aquíferos do país. Apesar de sua importância ecológica, o Cerrado recebe menos atenção do que a Amazônia e apresenta uma das mais altas taxas de desmatamento do Brasil. Vivem ali cerca de 25 milhões de pessoas, entre elas aproximadamente 80 grupos indígenas e inúmeros povos e comunidades tradicionais, de acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra. Esses grupos mantêm modos de vida diretamente conectados à natureza, por meio da caça, da coleta, da pesca e da agricultura familiar. Muitas dessas comunidades não possuem títulos de propriedade formal, o que as torna ainda mais vulneráveis à expropriação, já que as terras são, em sua maioria, oficialmente do Estado.

A expansão do agronegócio no Cerrado tem sido promovida pelo governo brasileiro por meio de subsídios substanciais. As monoculturas de soja começaram a adentrar na região do MATOPIBA no início dos anos 2000 e estão se expandindo desde então, impulsionadas por um boom das commodities que atraiu o sistema financeiro global (Bolson, 2018). Mesmo após a queda dos preços das commodities em 2007/2008, a especulação fundiária se manteve lucrativa, levando à criação de empresas especializadas na aquisição, venda,

arrendamento e administração de terras. Muitas dessas terras são públicas, onde o processo de ocupação envolve grilagem, desmatamento e expulsão violenta das populações locais.

No caso do MATOPIBA, os fundos de pensão dos EUA e da Europa são fundamentais neste processo. O fundo de pensão norte-americano TIAA, por exemplo, possui cerca de 300 mil hectares no Brasil, sendo um terço dessas terras localizadas na região do MATOPIBA. Esses terrenos são administrados por dois fundos – TIAA-CREF Global Agriculture LLC I e II – com valor combinado de US$ 5 bilhões. Investidores institucionais como o Ärzteversorgung Westfalen-Lippe (Alemanha), o ABP (Holanda) e o Fundo de Pensão Nacional Sueco (AP2) injetaram centenas de milhões de dólares nesse esquema.

Esses fundos se apresentam como socialmente responsáveis, mas muitos dos imóveis foram adquiridos de empresários envolvidos com grilagem e estavam sob disputa jurídica. Para driblar a legislação brasileira que limita a compra de terras por estrangeiros, os fundos operam com redes complexas de investimentos que mascaram a real titularidade dos imóveis.

A financeirização das terras e dos recursos naturais, portanto, revela-se como um dos principais motores da especulação fundiária na região. A criação de grandes empreendimentos agropecuários, muitas vezes sobre terras públicas, intensifica a expulsão de comunidades tradicionais e os conflitos sociais.

A denúncia dessas práticas tem sido realizada por redes e organizações como a FIAN International, a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A partir do trabalho em campo e de escutas das comunidades afetadas, essas entidades vêm documentando violações de direitos humanos no MATOPIBA e pressionando por responsabilização dos agentes financeiros e empresariais envolvidos.

Outro ponto importante é que durante o governo de Michel Temer, o fortalecimento do agronegócio esteve profundamente articulado com os interesses do capital financeiro especulativo, em um contexto de desmonte das políticas públicas voltadas à reforma agrária. Conforme análise de Cunha (2017), houve uma série de medidas que favoreceram a concentração fundiária e a financeirização da terra, como a legalização da grilagem por meio da MP 759/2016 (convertida na Lei 13.465/2017), a flexibilização da legislação para aquisição de terras por estrangeiros e o desmonte institucional de órgãos ligados à reforma agrária. Essas ações reforçaram a lógica do latifúndio e aprofundaram a exclusão dos camponeses, revelando o alinhamento do Estado aos interesses do agronegócio em detrimento das populações do campo e de uma distribuição mais justa da terra.

Diante disso, movimentos sociais como o MST vêm promovendo ações de resistência, como ocupações, defesa da agroecologia, luta pela reforma agrária e fortalecimento da educação do campo. Essas iniciativas reafirmam o protagonismo das comunidades camponesas e apontam para modelos alternativos de desenvolvimento rural baseados na sustentabilidade e na justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do agronegócio no contexto do Oeste da Bahia revela uma realidade complexa, marcada pela intensificação da produção agrícola em grandes escalas, frequentemente à custa da degradação ambiental e da marginalização de comunidades camponesas. O modelo de desenvolvimento agrícola dominante no Brasil, baseado no agronegócio, tem gerado significativas transformações nos espaços rurais, impondo uma lógica de produção que prioriza o lucro e a competitividade global, muitas vezes ignorando as consequências sociais e ambientais.

No entanto, a resistência camponesa, expressa em diversas formas de mobilização e luta, emerge como um fator crucial para questionar e confrontar essa realidade. Movimentos sociais, organizações de base e lideranças comunitárias têm se empenhado na defesa da terra, da água e das formas tradicionais de cultivo, buscando garantir a soberania alimentar e a preservação ambiental. Essas resistências não se limitam apenas a práticas locais, mas reverberam como parte de um movimento global por um modelo agrícola mais justo, sustentável e inclusivo.

O discurso do agronegócio, com sua promessa de desenvolvimento e progresso, necessita ser analisado criticamente, especialmente quando confrontado com a realidade das populações mais vulneráveis e das consequências irreversíveis para o meio ambiente. A lógica do “progresso a qualquer custo” carece de uma reavaliação, que inclua as perspectivas dos povos do campo, cujos saberes e práticas têm sido fundamentais na construção de um modelo mais equilibrado e respeitoso com a natureza.

REFERÊNCIAS

BOLSON, S. H. **O Cerrado nas metas brasileiras do Acordo de Paris: uma análise da (in)coerência entre as ações e os compromissos climáticos**. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, Brasília, n. 24, p. 57-66, abr. 2021. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/66477390/pdf-libre.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

CUNHA, Joaci de S. **Governo Temer: relações do agronegócio com o capital especulativo financeiro e impactos sobre os camponeses e a legislação agrária.** *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, Salvador, n. 238, p. 355-374, jul./dez. 2017. Disponível em: https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/373/310. Acesso em: 20 abr. 2025.

Widmarck, Julienne de Jesus Andrade. **Matopiba em transformação: Ascensão da soja, financeirização da terra e impactos socioeconômicos**. 2024. 182 f. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.7052.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Barbárie e modernidade**: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil. O debate na década de 2000. São Paulo: Ed Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iãnde editorial, 2016. Disponível em: http://bit.ly/2u76aoI. Acesso em: 04 set. 2017.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS**. Os custos ambientais e humanos do negócio de terras: o caso da TIAA no Brasil.** 2023. Disponível em: https://campanhacerrado.org.br/images/biblioteca/custos-ambientais-humanos-negocios-terra-matopiba-brasil.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.